

ano 9 - n. 17 | março/agosto 2020
Belo Horizonte | p. 1-262 | ISSN 2316-5499
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de
CONTRATOS PÚBLICOS

RCP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Licitações sustentáveis: responsabilização de agentes públicos por atuação temerária

Camila Costa Reis Rodrigues	9
1 Introdução.....	9
2 O caso do município X.....	10
3 Licitações sustentáveis	11
3.1 Padrões de sustentabilidade previstos em legislação federal	12
3.2 Práticas para evitar o desperdício em compras públicas	16
4 A responsabilização de agentes públicos em contratos administrativos.....	18
4.1 A responsabilização funcional e patrimonial de agentes públicos	20
4.2 A ausência de planejamento em contratações públicas como hipótese de responsabilização	25
5 Considerações finais.....	26
Referências.....	28

Estado de necessidade administrativa: contornos envolvendo a hermenêutica de um regime jurídico emergencial

Daniel Falcão, Camilo Amin Jreige Neto	31
Introdução.....	31
I O estado de necessidade administrativa.....	33
II A aplicação do estado de necessidade administrativa em um contexto pandêmico	38
Conclusão	45
Referências.....	46

Contratação de obras de engenharia: inaplicabilidade da Lei nº 13.979/2020 e instrumentos possíveis de serem adotados

Edcarlos Alves Lima	49
Introdução.....	49
1 Das diferenças conceituais entre obra e serviço de engenharia	50
2 A Lei nº 13.979/2020 e os objetos passíveis de dispensa de licitação	52
3 Impossibilidade de contratação de obras por dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020: pontos a serem considerados	53
4 Contratação de obras de engenharia: possibilidades e instrumentos	59
5 Conclusão	65
Referências.....	67

A *due diligence* como ferramenta de investigação dos impedimentos nas licitações das empresas estatais

Marcos Guilherme R. Mafra	69	
I	Introdução.....	70
II	A <i>due diligence</i> como ferramenta de gestão de riscos nas empresas estatais	71
II.i	Exigência de gestão de riscos nas empresas estatais	71
II.ii	<i>Due diligence</i> : parte integrante da gestão de riscos de <i>compliance</i>	74
III	A <i>due diligence</i> aplicada em licitações.....	76
III.i	Aplicação da <i>due diligence</i> nas licitações pela Petrobras	76
III.ii	Diretrizes do procedimento licitatório à luz de Celso Antônio Bandeira de Mello	81
IV	A <i>due diligence</i> para a investigação dos impedimentos do artigo 38 da Lei das Estatais.....	82
IV.i	Aspectos práticos da <i>due diligence</i> para investigação	82
IV.ii	A <i>due diligence</i> para investigação dos impedimentos legais para licitantes.....	84
V	Considerações finais.....	91
	Referências.....	93

O advento da Lei nº 13.303/2016 e a oportunidade de negócios para as empresas públicas: a Empresa de Planejamento e Logística S/A e a International Finance Corporation

Paulo Bernardes Honório de Mendonça	95	
	Introdução.....	95
	Considerações sobre a formalização de parcerias – As oportunidades de negócio.....	98
	Do caso concreto da EPLxIFC.....	102
	Considerações finais.....	107
	Referências.....	109

Contratos de PPP de iluminação pública: aspectos jurídicos da modelagem de projetos

Rafael R. Garofano, Fabricio Abdo Nakad	111	
1	Introdução	111
2	Providências prévias à contratação de ppp.....	112
(a)	Exigências não orçamentárias.....	112
a.1	Autorização da entidade competente para abertura da licitação	112
a.2	Realização de consulta pública	113
a.3	Licenciamento ambiental.....	114
(b)	Exigências orçamentárias	114
b.1	Estimativa do impacto orçamentário-financeiro	114
b.2	Declaração do ordenador de despesas.....	115
b.3	Estimativa do fluxo de recursos para cumprimento da obrigação.....	115
b.4	Leis orçamentárias: previsão do objeto da PPP no PPA, LDO e LOA.....	115
3	Providências específicas de PPPs de iluminação pública	116
3.1	Verificação de marcos legais que possam impactar o Projeto	116
3.2	Legislação existente no Município	117
3.2.1	Lei Orgânica do Município.....	117
3.2.2	Organização atual dos Serviços de Iluminação Pública.....	118
3.2.3	Leis específicas sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas	119
3.2.4	Lei sobre a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.....	119
3.2.4.1	Da definição de “custeio”	120
3.3	Da transferência dos ativos	121
3.4	Do contrato de fornecimento de energia elétrica	123

3.5	Do Acordo Operativo	124
3.6	Da existência de Contrato de Operação e Manutenção da Rede	125
3.7	Legislação necessária à execução indireta via Parceria Público-Privada	127
3.7.1	Lei municipal de Parceria Público-Privada	127
3.7.2	Lei de autorização da realização da parceria público-privada.....	128
3.7.3	Lei de vinculação das receitas da CIP ao contrato de concessão administrativa	131
3.7.4	Lei única para autorização da PPP e vinculação da CIP.....	133
3.7.5	Contabilização da CIP no limite de comprometimento de RCL	135
3.7.6	Custeio de outros serviços acessórios ou complementares com recursos da CIP.....	138
4	Outras questões sensíveis a serem avaliadas	139
4.1	Viabilidade de outras formas de garantia elencadas no art. 8º da Lei nº 11.079/04....	139
4.2	Desvinculação de receitas	140
4.3	Sustentabilidade socioambiental e potenciais impactos negativos ao Projeto de IP	141
4.4	Licitações em período eleitoral	143
4.5	Matriz de riscos do empreendimento.....	145
5	Conclusão.....	149
	Referências.....	149

Incompletude em contratos de concessão: ainda a Teoria da Imprevisão?

Rafael Vêras de Freitas	151
Introdução.....	151
1 A Teoria da Imprevisão nos contratos administrativos: um conceito em superação?.....	155
2 Das diferenças jurídicas entre os regimes jurídicos do equilíbrio econômico-financeiro das concessões e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993	161
3 Incompletude dos contratos de concessão e seus efeitos econômicos	167
4 Diferenças entre a Regulação Discricionária e a Regulação Contratual e os seus efeitos sobre a aplicação da Teoria da Imprevisão	173
4.1 Efeitos da Covid-19 em contratos de concessão no mundo e aplicação da Teoria da Imprevisão	177
5 Da interpretação dos contratos incompletos: algumas propostas	181
Conclusões	183
Referências.....	185

Pandemia, crise e mercado – reflexões sobre a recriação do sistema jurídico e o papel transversal do direito econômico

Raphael Boechat, Heloisa de Carvalho Feitosa Valadares	189
Introdução.....	190
Pandemia, crise e excepcionalidades	191
O Direito como experiência – sistemas complexos que se intercomunicam.....	194
Luhmann – A evolução por contingência e a comunicabilidade dos sistemas	199
A impossível dissociação entre normas e intérprete no pós-crise	201
Por uma concretização eficiente das normas	203
Conclusão – Caminho mais viável: ponderação e proporcionalidade	204
Referências.....	205

Contratação pública e esferas de justiça: uma análise sobre comutatividade e distributividade na contratação pública brasileira contemporânea

Thiago Lima Breus	207
I Introdução.....	207
II Elementos de justificação para a atuação estatal por meio da contratação pública	212

2.1	Elementos de cunho filosófico	212
2.2	Elementos de cunho económico.....	214
III	Justiça comutativa <i>versus</i> justiça distributiva na esfera da contratação pública.....	215
IV	A função social do contrato e a sua relação com a ideia de justiça contratual distributiva	216
V	A máxima do “ <i>quem contrata não contrata só com quem contrata e o que contrata</i> ” e os efeitos das relações jurídicas multilaterais e/ou poligonais nos contratos públicos: a demonstração da presença da justiça contratual distributiva	222
VI	A ideia da justiça contratual como gênero e as ideias de justiça comutativa e de justiça distributiva como espécies	225
VII	Conclusão: justiça distributiva, contratação pública e desenvolvimento	226
	Referências.....	230

Impacto da pandemia Covid-19 na execução dos contratos administrativos

Miguel Lorena Brito	233
A. Introdução	233
B. A exoneração da responsabilidade pelo incumprimento – a impossibilidade e o caso de força maior	236
B.1. O cumprimento	236
B.2. A impossibilidade	237
B.3. O caso de força maior.....	242
C. A alteração de circunstâncias e a modificação objectiva do contrato	246
D. O objecto da modificação	249
E. Limites da modificação	250
F. A reposição do equilíbrio financeiro e a compensação financeira	252
G. O Decreto-lei n.º 19-A/2020 e os contratos de execução duradoura	256
Instruções para os autores.....	261